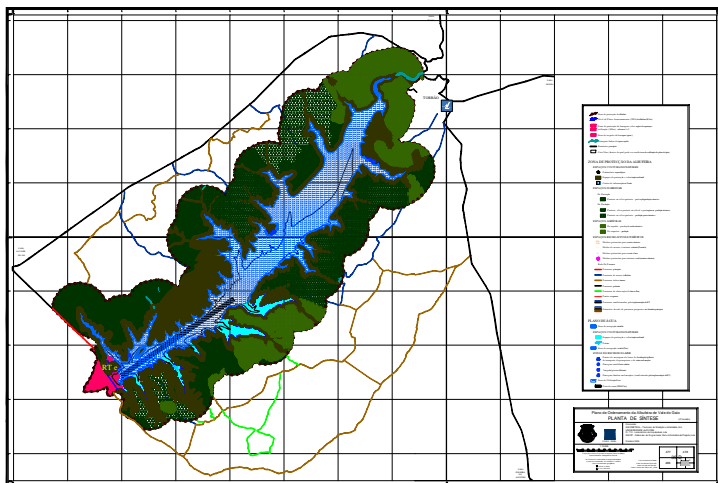




RELATÓRIO DA PONDERAÇÃO
DAS PARTICIPAÇÕES NO PROCESSO DE
DISCUSSÃO PÚBLICA DO POAVG

Plano de
Ordenamento da
Albufeira de
Vale do Gaio



CONSÓRCIO:

GEOMETRAL - Técnicas de Medição e Informática, S.A.
D.712 - Laboratório de Arquitectura, Lda.
UNIVERSIDADE de Évora
GECIP - Gabinete de Engenharia Civil e Informática de Projecto, Lda.

ÍNDICE

<i>I.</i>	<i>ÂMBITO</i>	<i>3</i>
<i>II.</i>	<i>ELABORAÇÃO DO POAVG</i>	<i>4</i>
<i>III.</i>	<i>PROCESSO DE DISCUSSÃO PÚBLICA</i>	<i>4</i>
<i>IV.</i>	<i>SESSÃO PÚBLICA</i>	<i>5</i>
<i>V.</i>	<i>PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA</i>	<i>6</i>
<i>VI.</i>	<i>CONCLUSÕES</i>	<i>7</i>

ANEXO

Fichas de participação pública.

I. ÂMBITO

O presente documento apresenta os resultados do processo de discussão pública do Plano de Ordenamento da Albufeira de Vale do Gaio (POAVG), que decorreu de 26 de Abril a 07 de Junho de 2005, sendo pormenorizados, nos capítulos seguintes, os respectivos processos de elaboração do Plano e de Discussão Pública.

A barragem de Vale do Gaio entrou em funcionamento em 1949, localizando-se a albufeira, então criada, na ribeira de Xarrama (bacia hidrográfica do Sado), concelho de Alcácer do Sal – situando-se o seu Nível de Pleno Armazenamento (NPA) à cota de 40,5 m. O uso principal desta albufeira é a rega, encontrando-se a sua gestão atribuída à Associação de Regantes. Neste momento, esta barragem encontra-se ainda na fase final das reparações, levada a cabo pelo Instituto de Desenvolvimento Regional e Hidráulica (IDRHa) no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e que lhe permitirá o funcionamento adicional para produção de energia.

No que respeita às características biofísicas desta porção de território, podemos dizer muito genericamente que é baixa a qualidade da água na albufeira (principalmente devido aos elevados níveis de poluição da bacia hidrográfica a que pertence), situação que é agravada devido à utilização principal da albufeira, que obriga a grandes variações do nível da água ao longo do ano. A margem esquerda da albufeira é caracterizada pela dominância de propriedades de grande dimensão e onde o terreno apresenta maior irregularidade e diversidade biológica. A margem direita da albufeira é caracterizada pela dominância da pequena propriedade, sendo o terreno mais regular. A principal ocupação do território abrangido pelo POAVG é agrícola, pontuada com ocupação florestal (maioritariamente olival e montado).

A ocupação humana mais próxima da albufeira é a vila do Torrão (que se encontra fora da área de intervenção do POAVG), cuja população faz uma utilização do plano de água durante o período de verão; outras actividades registadas na albufeira ao longo do ano e dependendo do nível de água, são o remo e a pesca. Regista-se a existência de uma exploração turística junto à barragem (Pousada). Do ponto de vista do património, encontra-se identificada apenas uma única ocorrência.

Partindo desta situação de base, o POAVG constitui-se como o instrumento legal que apresenta as vocações e condicionantes do plano de água de Vale do Gaio e respectivo território envolvente (500 m acima do NPA), propondo utilizações secundárias harmonizadas com o seu uso principal, pretendendo desta forma assegurar o equilíbrio entre o ambiente e o desenvolvimento da zona (constituindo a albufeira como pólo de atracção de investimento, convertendo-a em reais vantagens e mais valias para a região e suas populações).

O Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial contempla, entre muitos outros aspectos, o direito à informação, o direito à participação e define os moldes dessa participação pública.

II. ELABORAÇÃO DO POAVG

O Plano de Ordenamento da Albufeira de Vale do Gaio (POAVG) foi elaborado para a Câmara Municipal de Alcácer do Sal (CMAS), entidade adjudicante, pelo consórcio vencedor do concurso respectivo: GEOMETRAL - Técnicas de Medição e Informática, S.A. / D.712 - Laboratório de Arquitectura, Lda. / Universidade de Évora / GECIP - Gabinete de Engenharia Civil e Informática de Projecto, Lda.

O consórcio dispunha de uma equipa técnica multidisciplinar que propôs um modelo de ordenamento do território que procurou conciliar os usos secundários com os usos principais da albufeira. O Plano foi elaborado em três fases – Fase 1 (estudos de base), Fase 2 (estudo prévio de ordenamento) e Fase 3 (projecto de plano de ordenamento de albufeira).

A elaboração do plano foi seguida, em todas as fases, por um conjunto de entidades, da administração pública, com interesse na zona geográfica em estudo e que integraram a respectiva Comissão Técnica de Acompanhamento: Câmara Municipal de Alcácer do Sal (CMAS), Instituto da Água (INAG), Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRAlentejo), Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF), Instituto de Desenvolvimento Regional e Hidráulica (IDRHa). Esta comissão tem, entre outras, a capacidade de decisão final sobre o conteúdo e a forma do Plano. Assim, a proposta de POAVG apresentada em sede de discussão pública resulta do consenso possível entre os vários interesses representados, perante as propostas da equipa técnica.

III. PROCESSO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Finalizado o trabalho da equipa técnica e aprovados os documentos finais do POAVG pela Comissão de Acompanhamento, foi iniciado pelo INAG (entidade com competência para tal), o respectivo Processo de Discussão Pública. Pretende-se assim e conforme disposto na Lei, possibilitar a participação da sociedade civil neste processo de ordenamento do território – recolhendo as opiniões de todos os cidadãos interessados e ponderando as participações apresentadas e, em sede de ponderação, acolher aquelas que se apresentarem como viáveis.

Desta forma e a fim de permitir a mais ampla participação e dar conhecimento das propostas apresentadas, foram disponibilizados quatro locais para consulta dos documentos do Plano:

- Câmara Municipal de Alcácer do Sal (na cidade de Alcácer do Sal),
- Junta de Freguesia do Torrão (na vila do Torrão),
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (na cidade de Évora),
- Instituto da Água (na cidade de Lisboa e através da Internet).

Nestes locais, disponibilizaram-se cópias dos documentos finais do POAVG (os aprovados pela Comissão Técnica de Acompanhamento na última fase de elaboração do mesmo):

- Regulamento (peça escrita que lista as medidas, indicações e disposições pelas quais se rege o território em causa),

-
- Relatório de Síntese (peça escrita que fundamenta as opções de planeamento/ordenamento),
 - Programa de Execução / Plano de Financiamento (peça escrita que apresenta o escalonamento temporal e estimativas de custo globais para as acções, medidas e projectos propostos),
 - Planta de Condicionantes (peça desenhada que apresenta a localização geográfica das condicionantes legais e das restrições propostas pelo Regulamento para o território e temática em causa),
 - Planta de Síntese (peça desenhada que apresenta a localização geográfica das propostas gerais de ordenamento).

A fim de publicitar este processo e fomentar a participação pública no mesmo, foi distribuído junto da população local, pelas entidades promotoras, um folheto de divulgação do Plano (que sinteticamente referia a área de intervenção, os objectivos, fases e documentos do Plano, apresentava a planta de síntese e apelava à participação pública divulgando os locais de consulta dos documentos e a sessão pública do POAVG).

O Processo de Discussão Pública previa ainda, a realização de uma sessão pública de apresentação do documento de proposta de ordenamento. Em consonância com as diversas entidades envolvidas, foi acordada a data e local de realização da mesma, tendo tal facto, assim como o período de Discussão Pública, sido noticiado em: edital na junta de freguesia, no folheto acima referido, num jornal de tiragem nacional e num jornal de tiragem regional.

IV. SESSÃO PÚBLICA

A Sessão Pública realizou-se no Museu Etnográfico do Torrão na vila do Torrão (concelho de Alcácer do Sal), no dia 12 de Maio de 2005, pelas 18 horas, com a presença de representantes da Equipa Técnica, da CMAS, do INAG e da CCDR Alentejo e cerca de 10 participantes.

A CMAS deu início formal à Sessão Pública, a que se seguiu a intervenção do INAG explicitando o enquadramento do instrumento legal que é o POAVG e do respectivo processo de Discussão Pública. Em seguida a Equipa Técnica procedeu à apresentação do Plano abordando nomeadamente as principais propostas do Plano e o longo historial da sua elaboração. Após a apresentação do POAVG pelas entidades promotoras, seguiu-se um período de debate com a participação de representantes de interesses públicos e privados. As intervenções relacionam-se essencialmente com o desenvolvimento recreativo e turístico, os índices de edificabilidade, a valorização do núcleo do Torrão e a conservação da natureza.

Todas as intervenções foram objecto de esclarecimento por parte da Equipa Técnica e do INAG e foi solicitado que fossem apresentadas, formalmente, através de ficha de participação disponibilizada pelo INAG.

V. PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Terminado o Período de Discussão Pública do POAVG, foram recebidas, no INAG; 4 fichas de participação: Liga para a Protecção da Natureza (LPN) - delegação regional do Alentejo, ADT - Associação para o Desenvolvimento do Torrão, MSM - Tenreiro Martins, José Manuel Santos, João Maricato & Associados (sociedade de advogados) em nome de João Gabriel Viana de Sousa Morais e Junta de Freguesia do Torrão.

No que concerne às temáticas abordadas pelas participações, podem resumir-se ao seguinte:

- A participação da LPN é relativa a diversos aspectos do Plano nomeadamente à localização das infra-estruturas turísticas, utilização do plano de água e qualidade da mesma.
- A participação da ADT abrange diversos aspectos sócio-económicos relativos ao Torrão e solicita a realocação de parte das camas turísticas previstas no POA para junto desta vila.
- A participação de MSM - Sociedade de Advogados em nome de João Gabriel Viana de Sousa Morais é relativa aos índices de utilização, solicitando especificamente a sua alteração, a fim de viabilizar a sua intervenção turística na zona a montante da albufeira junto do Torrão.
- A participação da Junta de Freguesia é relativa à discordância do índice de utilização proposto para a implantação de espaços recreativos e turísticos junto da vila do Torrão.

O quadro apresentado em seguida sintetiza as temáticas recebidas nas participações e a respectiva ponderação.

TEMÁTICA	QUANTIDADE	PONDERAÇÃO
Documentos do plano	2	Não considerado
Execução do plano	1	Não considerado
Património	1	Não considerado
Protecção ambiental	2	Não considerado
Uso recreativo	3	Não considerado s
Uso turístico	4	4 Não considerado
Índices de utilização	1	Considerado

No anexo são apresentadas as fichas de participação e nas quais constam: a identificação do(a) participante, o resumo do comentário / reclamação / sugestão apresentadas e a respectiva ponderação realizada pela equipa técnica. É de realçar que a maioria dos comentários / reclamações / sugestões foram indeferidos por abordarem temáticas que tinham sido incluídas em fases anteriores do Plano e foram posteriormente resolvidas de modo diverso, em sede de Comissão Técnica de Acompanhamento deste POAVG.

VI. CONCLUSÕES

Da totalidade das participações recebidas e conforme acima referido foi considerado que deveria ser deferida a que incide sobre o índice designado para edificação nos espaços agrícolas e florestais. Com efeito e da análise efectuada às participações recebidas torna-se evidente que o índice proposto para a edificação nos espaços florestais e agrícolas inviabiliza a concretização, que o próprio regulamento também prevê, de serem criados hotéis rurais ou um estabelecimento hoteleiro nas referidas classes de espaço. Esta noção fica ainda patente na acta da reunião realizada com a Direcção Geral do Turismo, em 22 de Dezembro de 2005, onde ficou manifestada a necessidade de serem revistos os índices de utilização, sob pena do regulamento se tornar inoperante pela impossibilidade de aplicação do índice definido.

Assim foi considerado pertinente acolher a pretensão apresentada no que respeita à alteração dos índices de utilização, passando os mesmos a ser:

- A temática do uso turístico na sua vertente de revisão do índice de utilização;
- índice de utilização líquido máximo para 0,04 nos espaços florestais de protecção;
- índice de utilização líquido máximo para 0,06 nos espaços florestais de produção;
- índice de utilização líquido máximo para 0,02 nos espaços agrícolas;
- O número de lugares de estacionamento para os RT passou a 1 por cada cinco quartos e 1 por cada dois postos de trabalho.

Considerando-se que esta alteração não coloca em causa o modelo de ordenamento do território estabelecido, nem constitui uma mudança da estratégia definida, a qual aponta para a possibilidade de surgir, em toda a área do plano, um estabelecimento hoteleiro que constituirá uma oferta suplementar aos espaços recreativos e turísticos previstos e às unidades de TER. Pelo contrário entende-se que há uma maior coerência com as intenções de permitir o aparecimento de uma oferta qualificada que servirá os interesses de um desenvolvimento integrado da região em que se integra a albufeira.

Com a produção do presente relatório, finaliza-se o Processo de Discussão Pública terminando assim o processo de elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Vale do Gaio (POAVG).

ANEXO

Fichas de participação pública.